

“REICLANDO SONHOS”: UMA TURMA DE EJA PARA OS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLADOS

CECÍLIA DE SOUSA REIBNITZ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: O presente artigo propõe analisar parte da experiência da criação de duas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) dentro da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), situada em Florianópolis/SC, durante os anos de 2018 e 2019. A autora foi uma das professoras a atuar no local e, além de relatos pessoais, a pesquisa se valeu da tese de Gabriela Couto (2020), principal trabalho acadêmico a respeito da instituição, que também apresenta depoimentos de coletores-estudantes sobre as aulas. Relaciona-se aqui o contexto específico da ACMR com características socioeconômicas dos profissionais da coleta de materiais recicláveis no país, de modo a conhecer algumas particularidades dessa profissão tão estigmatizada, bem como algumas de suas formas de organização, como associações e movimentos sociais. Procura-se assim refletir sobre a importância da modalidade de EJA para a categoria dos coletores e, de modo específico, para os trabalhadores e trabalhadoras da ACMR.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Catadores de Materiais Reciclados. Associação de Coletores de Materiais Recicláveis.

Nos anos de 2018 e 2019 a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), situada em Florianópolis/SC, contou com duas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) dentro de suas dependências. A implementação das aulas foi uma demanda dos próprios coletores e coletoras, instigados pela pesquisa que se fazia em sua associação, sobre a história da instituição e a trajetória de seus integrantes. O trabalho de campo do doutorado em Educação de Gabriela Couto, junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fez com que a pesquisadora convivesse e trabalhasse por vários meses junto aos coletores. Em sua tese, relata como surgiu a ideia de criar turmas de EJA na associação:

Em meu primeiro dia de pesquisa já me deparei com a demanda por alfabetização: ao final da manhã minha interlocutora comentara que seu sonho era aprender a ler “para ler a Bíblia”. Passamos então a sentar juntas nos intervalos de almoço dos dias em que estava na Associação para tentar alfabetizá-la a partir de seu nome e de seu esposo. Naqueles momentos percebia que outros associados espiavam pela janela, alguns perguntavam o que estávamos fazendo e se poderiam participar também. Surge assim a ideia de montar uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para atender ao grupo. E isso só faria sentido se fosse articulado à educação pública. Iniciou-se então um processo, junto à diretoria da Associação, de buscar nas redes municipal e estadual de educação a

viabilidade de criação de uma escola no galpão de triagem (COUTO, 2020, p. 104).

A pesquisadora continua descrevendo o desenvolvimento da proposta: “foi um processo bonito, de apropriação do direito à educação, de autonomia dos catadores em se organizarem para aquela conquista, de produção de uma sala de aula construída por eles para eles mesmos” (COUTO, 2020, p. 104). Os futuros estudantes reformaram e pintaram, com cores vivas, mesas recebidas de doações de escolas e organizaram cuidadosamente dois espaços para servirem como sala de aula – um para a turma de alfabetização, chamada primeiro segmento na EJA da rede municipal de Florianópolis, e outro para o segundo segmento, relativo aos anos finais do Ensino Fundamental. A turma escolheu para si um nome: “reciclando sonhos”.

O presente artigo propõe analisar parte dessa experiência, uma vez que fui uma das professoras a atuar no local na turma de segundo segmento. O modelo pedagógico desenvolvido na modalidade de EJA da rede municipal da cidade possui algumas particularidades que acredito que se adequaram bem às demandas dos estudantes e certamente também enriqueceram as experiências dos docentes. Penso também que a sistematização de tal experiência possa contribuir para o campo de estudos de EJA, no sentido de mostrar um formato diferenciado de trabalho pedagógico, além de funcionamento do horário e local feitos para atender esse público trabalhador. Dessa forma, as aulas de EJA se tornam muito mais efetivas e significativas quando pensadas e inseridas em espaços específicos, de forma a atender sujeitos que não poderiam chegar a outros locais para acessar seu direito à educação. Não se trata, portanto, de uma concessão ou benesse dada pela rede municipal em questão, e sim da conquista do direito reivindicada pelos trabalhadores da associação.

Em artigo sobre memórias e reflexões a respeito do percurso de pesquisas e políticas de EJA para a constituição do direito à educação, ressalta-se que a modalidade:

[...] tem, entre os fatores responsáveis pela sua constituição como direito, a proximidade com os movimentos sociais. Foi no contexto das lutas de setores da sociedade por mais cidadania que apareceu a demanda por escolarização para pessoas que não tinham tido possibilidade de estudar. Essa demanda, vinda por parte de setores organizados específicos, acabava por dar qualidade ao tipo de escola requerida ao exigi-la de acordo com as lutas empreendidas e com o perfil e a especificidade dos demandantes (PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019, p. 4).

Nesse sentido, a organização das catadoras e catadores em associações e movimentos sociais é decisiva para reivindicar e garantir tal conquista. Assim, serão analisados aqui também questões relativas a essas organizações, tanto no âmbito regional quanto no nacional. Relaciona-se o contexto específico da ACMR com características socioeconômicas dos profissionais da coleta de materiais recicláveis no país, de modo a conhecer algumas particularidades dessa profissão tão estigmatizada.

REIBNITZ, C. de S.

Além de relatos pessoais da docência na ACMR, a tese de Gabriela Couto (2020) contribuiu muito para examinar a experiência, inclusive com depoimentos de coletores-estudantes sobre as aulas. A pesquisa, que é o principal trabalho acadêmico a respeito da instituição, se mostrou importante estudo para entender a criação e desenvolvimento da associação. Por fim, há a contribuição de um documentário em curta-metragem que atualiza as condições dos catadores no contexto da pandemia, com depoimentos de catadoras representantes de diferentes instituições de Florianópolis explicando seus desafios e modo de funcionamento. Procura-se, assim, refletir sobre a importância da EJA para a categoria dos coletores e, de modo específico, para os trabalhadores e trabalhadoras da ACMR.

ACMR: DA COLETA DE ERVA-MATE À COLETA DE REICLÁVEIS

A ACMR foi fundada no ano de 1999; grande parte dos integrantes, incluindo os chamados “pioneiros”, são oriundos de uma mesma família, vindos do município de Chapecó, situado no oeste do estado de Santa Catarina, que migraram para Florianópolis a partir do início dos anos 1990. O site da associação realiza um breve histórico do grupo, comentando suas motivações: “meio estranho apostar em coletar de lixo para melhorar de vida na época, mas a coragem de dona Odila e seu esposo Genor foi o principal motivo da união do grupo em Florianópolis” (ACMR, s/d). Isso porque, antes da migração, trabalhavam como ervateiros, ou seja, coletores de erva-mate no interior do estado. Nos depoimentos registrados pela pesquisadora Gabriela Couto (2020), ao se referir ao passado no campo, era constante a referência a uma “vida sofrida”, pelas condições precárias e itinerância do trabalho.

Vem dessa origem, na análise de Couto (2020), a palavra “coletores” no nome da associação. Segundo a pesquisadora, o termo “catadores” já era bastante utilizado por associações e coletivos da categoria, sendo que o próprio Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), principal organização do segmento, também reivindica o termo. O MNCR é um movimento social que busca contribuir com a organização da categoria, lutando por seu reconhecimento, inclusão e valorização; foi fundado no mesmo ano que a ACMR, em 1999.

Mesmo com a formalização de uma associação, até o ano de 2007 os catadores da ACMR trabalhavam nas ruas do centro da cidade da capital catarinense, inicialmente carregando os materiais nos braços e depois em carrinhos. Nesse ano aconteceu a transferência de sua sede, antes um barracão, localizado embaixo da Ponte Pedro Ivo Campos, para o bairro Itacorubi, em espaço cedido pela prefeitura de Florianópolis, na parte dos fundos da Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap). A Comcap é uma autarquia responsável pela coleta de resíduos sólidos e trabalhos de limpeza pública; os materiais recicláveis secos passaram a ser doados para a ACMR, dentre outras associações, realizar a triagem. Com a mudança da sede, os associados deixaram de fazer a coleta e se concentraram na triagem do material, porém, se manteve o termo “catadores” no nome na associação por uma questão de identidade. A função de “classificadores de resíduos” também é considerada parte da profissão de catador, reconhecida dentro da Classificação Brasileira de Ocupações.

PROFISSÃO: CATADORA

Ainda que a profissão de catadora seja formalmente identificada dentro do mercado de trabalho brasileiro, o número de pessoas que atua nesse ramo e suas condições de vida são de difícil mensuração. O Censo do IBGE possui diferentes classificações que podem ser enquadradas na categoria, como "classificadores de resíduos", "coletores de lixo e material reciclável" e "varredores e afins"; além disso, as estatísticas não incluem a população em situação de rua, nem pessoas que realizam tais atividades de forma esporádica ou complementar, de modo que os dados do IBGE são subestimados (DAGNINO; JOHANSEN, 2017). Os pesquisadores Ricardo Dagnino e Igor Johansen (2017) calcularam um total de 398.348 trabalhadores nas três categorias mencionadas, relativo ao ano 2010. Este número é muito inferior ao reivindicado pelo MNCR, que afirmou haver no ano de 2019 cerca de 800 mil catadores e catadoras no país (MNCR, 2014).

O analfabetismo é outra característica nos dados socioeconômicos destacados por Dagnino e Johansen (2017) – entre os catadores a taxa era de 20% quando da realização do Censo, enquanto no total da população ocupada o número correspondia a 6%. Inclusive, a ratificação da mudança de endereço da ACMR fora feita por meio de assinatura de seu então presidente, que alegou em entrevista para Gabriela Couto (2020) não saber ao certo o que estava firmando, por ser analfabeto e não ter recebido as devidas explicações.

No caso da ACMR, os dados sobre escolaridade foram coletados em 2018 por Couto (2020) antes do início das aulas de EJA no local. As informações referentes à escolaridade foram organizadas de acordo com a contagem dos anos de estudo dos 75 associados que compunham a associação: "o maior grupo (36 indivíduos) concentra-se na faixa entre quatro e sete anos de estudo, ou seja, possui o Ensino Fundamental incompleto" (COUTO, 2020, p. 198). Dez integrantes possuíam o Ensino Fundamental completo, sete o Ensino Médio incompleto e dois possuíam este nível completo. Quanto aos não alfabetizados, foram identificados 19 associados¹. Os parentes pertencentes à primeira geração vinda do interior do estado eram todos analfabetos, "vinham de um contexto sociocultural e geográfico desfavorável à escolarização" (COUTO, 2020, p. 198). Contudo, a situação se perpetuava com alguns integrantes da segunda geração da família, em geral trabalhando desde a infância para ajudar na renda e sem contar com políticas públicas, portanto, alijados do direito à educação.

A proporção da divisão por gênero entre catadores e catadoras é outra estimativa com dados importantes e divergentes. Se, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, afirmava-se haver um maior percentual de homens na categoria, o MNCR calcula que cerca de 70% são mulheres. Em artigo publicado no site do movimento explica-se a divergência:

Segundo o IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], alguns fatores sociológicos podem explicar a discrepância desses dados em relação às estimativas, por exemplo, o fato de algumas mulheres exercerem outras atividades, como o cuidado do lar e da família, e entenderem que a coleta de resíduos seja uma mera atividade

REIBNITZ, C. de S.

complementar. Ou seja, muitas mulheres catadoras não se identificaram com a atividade por manterem a identidade de domésticas ou trabalhadoras do lar como trabalho principal (MNCR, 2014, n. p.).

Ambas as estimativas concordam no tocante a preponderância da população negra. Nos dados analisados por Dagnino e Johansen (2017),

66,1% dos catadores autodeclararam-se pretos e pardos (sendo que 14,6% dos catadores são pretos e 51,5% pardos), seguidos dos brancos (32,7%) e dos demais grupos (0,3% indígena e 0,8% amarela). Essa distribuição contrasta com a da PO [população ocupada] no Brasil, que é majoritariamente composta por brancos (50,0%), seguidos por pretos e pardos (48,5%, sendo 8,2% pretos e 40,4% pardos) e pelos demais (1,1% amarela e 0,3% indígena) (DAGNINO; JOHANSEN, 2017, p. 120).

Também na ACMR, a maioria dos trabalhadores se autodeclarou como pardos, 41 indivíduos, outros oito se declararam como negros e 21 como brancos, de acordo com informações levantadas por Couto (2020).

Em recente publicação, Alexandre Cardoso (2021), que é catador de materiais recicláveis, membro do MNCR e estudante de Ciências Sociais, aborda sobre a cultura social da reciclagem. O autor destaca que os recicladores são excluídos e marginalizados da sociedade e representam diversas faces das lutas sociais e ambientais.

Somos reflexo desse sistema financeiro e político e sua sociedade ainda patriarcal, machista, preconceituosa e altamente excludente. Majoritariamente somos mulheres: de cada quatro pessoas na catação, três são mulheres. Somos negras: duas em cada três. Somos ainda aqueles que mais estão excluídos e marginalizados: somos os sem-teto, sem-terra, sem direitos, sem educação, sem saúde, sem transporte (CARDOSO, 2021, p. 66).

Tal recorte social é resultado do racismo estrutural que sustenta a sociedade brasileira. Conforme analisa Silvio Almeida (2020), o racismo integra e organiza a política, a economia e o funcionamento jurídico da sociedade, “fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2020, p. 21).

Em termos financeiros, a profissão dos catadores é considerada pelos dados do IBGE como a que possui as menores taxas de rendimento em relação à população ocupada total, evidenciando a precariedade e exclusão em que se encontra – como enfatiza Almeida (2020, p. 154), “falar sobre raça e economia é essencialmente falar sobre desigualdade”. Seus estudos demonstram que o racismo é um elemento constitutivo do capitalismo que, apesar de forjado pela escravidão, se perpetua e renova de modo a continuar servindo para estruturar as relações mercantis e de classe. Tal relação é ainda acentuada pelo viés de gênero que marca a profissão da catadora, intersecção que foi tema dos estudos de Lélia Gonzalez, que destacava que a “discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e

oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão" (GONZALEZ, 2020, p. 160).

Na literatura, Carolina Maria de Jesus, escritora negra e catadora de materiais recicláveis, foi expressiva para dar visibilidade e mostrar o cotidiano de quem dependia de tal atividade financeira. Em seus relatos, refletia sobre a desigualdade social e o racismo a partir da favela do Canindé, em São Paulo, nos anos 1950; contava a difícil luta contra a fome e o esforço para sustentar três filhos sozinha, vivendo dessa profissão tão estigmatizada. Certo dia escreveu em seu diário:

Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para a Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta (JESUS, 2014, p. 12).

Na ACMR, apesar da composição majoritariamente negra de seus associados, a divisão por gênero não seguia a mesma tendência verificada entre o perfil da profissão, sendo em 2020 composta por "45 homens e 30 mulheres" (COUTO, 2020, p. 198). Contudo, Gabriela Couto (2020) percebe práticas machistas na associação, seja em situações cotidianas, como as esposas servindo o almoço dos maridos antes de comer, ou na estrutura da instituição, uma vez que nenhuma mulher ocupou o posto de presidente ou vice ao longo dos anos. A pesquisadora destaca, desse modo, que as "práticas machistas são estruturais (e estruturantes) em nossa sociedade, na qual o grupo analisado está inserido, neste sentido, o que se discute aqui se coloca no nível da reflexão sociológica e não como juízo de valor" (COUTO, 2020, p. 161). É a compreensão de que, assim como no caso do racismo, o machismo é parte da estrutura social, de forma que, como destaca Silvio Almeida (2020, p. 50), "comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção".

O reconhecimento da profissão de catador de materiais recicláveis se deu apenas no ano de 2002, com pressão e luta por parte dos trabalhadores e movimentos sociais, contudo, tal situação "não implicou mudança nas condições de vida e trabalho dos catadores, os quais atuam frequentemente sem vínculo empregatício e sem seus direitos trabalhistas assegurados" (DAGNINO; JOHANSEN, 2017, p. 123). De acordo com Alexandre Cardoso (2021), apenas 10% da categoria está organizada em associações e cooperativas, o que pode permitir melhores possibilidades de inserção na cadeia de mercado da reciclagem, conseguindo melhores valores pelos produtos comercializados e condições de trabalho menos desgastantes.

POR UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A ACMR constitui-se como um empreendimento de economia solidária, na qual não há donos dos meios de produção e todo o lucro é distribuído entre os associados. A gestão é compartilhada entre os membros que a compõe, sendo que todos têm direito

REIBNITZ, C. de S.

ao voto e a cada dois anos são eleitos uma diretoria e conselho fiscal (COUTO, 2020). De acordo com Cardoso (2021, p. 68), essa formação é essencial para que as catadoras e catadores recebam reconhecimento e valorização, “sem organização coletiva, a categoria voltaria à individualidade e, com isso, à invisibilidade nas ruas e lixões, onde não há leis nem políticas públicas”.

Tal forma de organização requer diálogo, negociações e consenso para a formação de trabalho em equipe. De fato, inicialmente nos primeiros anos em que a ACMR passou ao novo endereço, a renda dos associados caiu de forma acentuada e muitos saíram da organização. Gabriela Couto (2020) relata que houve brigas e divergências familiares, criando uma divisão no grupo. Os integrantes que saíram se aproximaram do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – a pesquisadora analisa que há um relativo afastamento da ACMR em relação ao MNCR, inclusive com rejeição de propostas que venham do movimento nacional, por conta desses desentendimentos familiares.

Porém, com o tempo, o resultado da produção da associação foi revertido, tornando-se um empreendimento bem-sucedido. Atualmente, a ACMR é “um dos mais produtivos empreendimentos de catadores da Região Sul, com uma das maiores produções *per capita* do Brasil neste modelo de triagem” (COUTO, 2020, p. 74, grifo da autora) – de acordo com os dados do ano de 2017, foram separadas aproximadamente 5 mil toneladas de materiais recicláveis no ano.

A formação de um modelo de trabalho mais coletivo, com base em princípios da economia solidária, é, portanto, uma construção, demanda diálogo e amadurecimento por parte do grupo, bem como capacitação do trabalho e experimentação de diferentes estratégias de organização.

A economia solidária é, antes de tudo, um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e, ao mesmo tempo, fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição (SANTOS; GÓES, 2015, p. 406).

A EJA DA RMEF: UM TRABALHO TAMBÉM COLETIVO

Ao ser instalado o polo de EJA na ACMR, o trabalho em equipe já era algo muito presente, o caráter coletivo e a união do grupo logo chamaram a atenção da equipe de professores. Na EJA da rede municipal de educação de Florianópolis (RMEF), as aulas possuem marcadamente uma proposta coletiva. O segundo segmento não possui divisão disciplinar nem seriada e a regência das aulas é também feita de forma compartilhada, geralmente com dois professores em cada sala. Há duas reuniões semanais entre a equipe pedagógica para compartilhar o andamento das turmas, realizar o planejamento, avaliação, formação dos profissionais, dentre outras discussões.

De forma sintética, nas aulas no segundo segmento o eixo central é o desenvolvimento de pesquisas pelos estudantes. Nesse percurso, os professores atuam como mediadores e orientadores, auxiliando individualmente ou em pequenos grupos, propondo intervenções para a turma, que servem como ampliações das pesquisas.

Outros momentos podem acontecer, como oficinas, palestras, saídas de estudo, escrita de diário, porém, em geral se realiza a produção das pesquisas feitas de forma individual, duplas ou trios. Tais pesquisas seguem alguns passos, todos registrados no caderno da equipe, como definição de problemática, justificativa, conhecimentos prévios, criação do chamado “mapa da pesquisa”, passando pela coleta e produção de textos até chegar na apresentação final para a turma. Os estudantes recebem horas por cada dia de presença na aula, além de outras que podem obter pelo histórico escolar e por produções realizadas em casa².

Na modalidade de EJA da RMEF, há uma intensa rotatividade de docentes, praticamente todo o quadro é constituído por substitutos, com exceção de um dos dez núcleos que compõe a rede, no qual cerca da metade dos profissionais possui contrato efetivo. A falta de professores permanentes nos núcleos de EJA denota o caráter transitório em que muitas vezes é entendida a modalidade, como se pudesse, em algum futuro próximo, deixar de existir. Nacionalmente, mais da metade da população acima de 25 anos (51,2% ou 69,5 milhões de pessoas) não concluiu a educação básica³, sendo que o Ensino Fundamental é oferecido na EJA para aqueles com idade igual ou superior a 15 anos, o que tornaria o número muito maior. Há, assim, uma demanda potencial imensa de EJA e não assumir a modalidade como política de Estado mais efetiva não contribui para sanar essa dívida social e garantir o direito à educação – nesse sentido, acredito que a falta de contratação de professores concursados é parte dessa desvalorização. Assim, no ano seguinte, assumi vaga em outras escolas e não acompanhei o restante do percurso da turma, que se deu em junho de 2019, com a certificação de 14 estudantes, concluintes do Ensino Fundamental.

Depois do evento, as turmas de EJA na instituição foram encerradas, mas abriram-se salas nas dependências da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), localizada próxima à ACMR, onde alguns alunos seguiram estudando. De acordo com Couto (2020, p. 269), também havia a demanda para turmas de Ensino Médio, porém, “não foi possível a constituição de uma turma deste nível devido à falta de espaço físico e de estudantes no número mínimo [de estudantes] exigido”.

Alguns alunos e alunas poderiam ter se certificado já no final de 2018, porém, todos optaram por continuar na turma até que se realizasse uma formatura coletiva. Além disso, pelo menos dois deles já possuíam o Ensino Fundamental completo e participavam das aulas para retomar os estudos e auxiliar familiares e colegas. O espírito de grupo e a solidariedade eram bastante evidentes na turma. A pesquisa desenvolvida nas aulas pode ser feita de forma individual ou em equipes; costuma-se incentivar a prática coletiva para que os professores consigam orientar melhor, porém, é recorrente entre os estudantes o pedido pela forma individual. Tal solicitação não aconteceu na ACMR – as pesquisas que acompanhei em 2018 foram sempre feitas em grupos, com todos os integrantes participando ativamente do processo. As apresentações realizadas ao final de cada pesquisa eram bem elaboradas e criativas, em alguns casos utilizando materiais reciclados, como em uma pesquisa que se dedicava a estudar o sistema solar.

Foi recorrente que as aulas ultrapassassem o horário estabelecido; a turma era de fato muito envolvida e era um prazer trabalhar ali. Gabriela Couto (2020) registrou alguns depoimentos sobre a experiência das aulas pelos catadores-estudantes.

REIBNITZ, C. de S.

Uma vez que o trabalho com as pesquisas abarcava os diferentes interesses e acolhia a diversidade do grupo, as aulas fugiam à educação tradicional e tornavam-se um espaço de rica troca entre todos, discentes e docentes, estabelecendo também relações mais democráticas e horizontais. Isto se confirma na avaliação dos estudantes, para quem a proposta foi um “aprendizado diante das novas descobertas vivenciadas com frequência”, e que “o trabalho de estudos e pesquisas em sala de aula era como estar em uma mini universidade”. Ainda de acordo com os depoimentos, “em sala de aula não havia lugar para o tédio, era sempre muito divertido e educativo; como trabalhávamos com pesquisa, surgiam muitos assuntos interessantes, por isso muitas vezes esquecíamos que tinha acabado a aula e continuávamos em sala”. Algo que, segundo os estudantes que já haviam frequentado escolas de ensino regular, não era comum (COUTO, 2020, p. 273).

Todo o envolvimento da turma, a troca de aprendizagens e experiências faziam com que alguns professores, eu incluída, desejassem entrar na escala para atender a ACMR o máximo de vezes possível. A equipe do segundo segmento era composta por oito professores, cada um referente a uma disciplina; atendíamos também na Associação de Surdos da Grande Florianópolis e na Escola Básica Silveira de Souza. Sendo assim, organizávamos um rodízio interno para que todos pudessem atuar nos três espaços. No geral, eram destinados um ou dois professores para a ACMR, aos quais se juntava a professora alfabetizadora da turma de primeiro segmento e o professor articulador do local, destinado a questões burocráticas e pedagógicas da instituição.

Contudo, outros fatores também influenciavam. Os odores que vinham do galpão de triagem, ao lado da sala de aula, ainda mais acentuados nos dias quentes, a presença de muitos ratos, que circulavam de forma mais constante durante a noite, e o acesso por uma rua lateral sem calçamento nem iluminação com muitos desses animais passando, geravam questionamentos junto à prefeitura e ao sindicato quanto à insalubridade do ambiente. No ano seguinte, alguns professores se recusaram a atender no local e acredito que o impasse possa ter contribuído para que, após a certificação da maioria dos estudantes, o polo passasse a ser transferido para a UDESC.

CATADORES NA PANDEMIA E SUA IMPORTÂNCIA ECOLÓGICA E SOCIAL

Apesar da crescente preocupação da sociedade com questões ambientais e da promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010, o trabalho das catadoras e catadores segue invisibilizado e com pouco ou nenhum investimento pelo poder público. Em muitos casos, a situação se agravou em 2020, com a pandemia de coronavírus, Covid-19. A catadora Marisa William Pereira, representante de Santa Catarina no MNCMR, afirmou em julho de 2020: “aqui na nossa região são mais de 500 catadores” (CATADORES, 2020, n. p.), sendo mais de 300 deles na cidade de Florianópolis. As despesas de associações, como com o aluguel dos galpões, estavam se acumulando, porque com as restrições impostas não estava sendo possível realizar o trabalho e não houve apoio do governo.

Em produção audiovisual, intitulada “Catadores – Florianópolis”, produzida em julho de 2020, foram entrevistadas mulheres representantes de diferentes associações

da categoria e um vereador da cidade para informar sobre a forma de trabalho e a organização das políticas públicas na cidade. Sara Jane Rodrigues dos Santos, trabalhadora da ACMR que integrou as turmas de EJA, afirmou que, no período de julho de 2020, havia 72 sócios ativos. A trabalhadora comenta um pouco o sistema desenvolvido pela associação: "a gente tem várias mesas, em geral cada mesa é uma família" (CATADORES, 2020, n. p.). Nas mesas se realiza a separação dos recicláveis, o material é então pesado na balança, prensado, e no final de cada semana recebe-se o valor referente ao que triou. O que a trabalhadora considera mais difícil é o vidro, uma vez que os caminhões de coleta, que no geral operam com sistema compactador, esmagam e espalham os estilhaços. Foi também apontada a importância de a população cuidar do seu material reciclado e não misturar com rejeitos, visto que é comum para os trabalhadores encontrar até mesmo lixo de banheiro em meio ao material reciclado. Para tanto, se faz necessário campanhas de conscientização e educação ambiental para a população, bem como um modelo de coleta que favoreça a separação do material, sem que os resíduos sejam misturados e compactados.

Em comum, os discursos no audiovisual denunciam a falta de apoio da prefeitura. O vereador Marco José de Abreu, conhecido como Marquito, fornece alguns dados sobre a coleta em Florianópolis. De acordo com o parlamentar, em 2020 estava previsto o orçamento municipal de mais de 40 milhões de reais para pagar o aterro sanitário, o que considera muito elevado. Defende então que esse valor poderia ser melhor distribuído, gerando renda e emprego por meio da reciclagem: "temos que ter uma política de valorização dos catadores, e ela passa pelo pagamento por serviço ambiental, que é ao invés de pagar esse valor para o aterro sanitário, paga para os catadores" (CATADORES, 2020, n. p.). Florianópolis, com cerca de 500 mil habitantes, "tem produzido em média 700 toneladas por dia de resíduos sólidos, 40% desses resíduos são recicláveis" (CATADORES, 2020, n. p.), contudo, a coleta seletiva alcança no máximo 7% desse potencial.

Eliane Fey Brum, presidenta da associação Sul Recicla, outra entrevistada da produção audiovisual, afirma que gostaria que "a prefeitura remunerasse os catadores pela quantidade de material que a gente tira do aterro" (CATADORES, 2020, n. p.), isso porque são muitas toneladas que os trabalhadores conseguem separar por mês. Todo esse material deixa de ser enviado para o aterro, aumentando sua vida útil e, conseqüentemente, diminuindo os gastos públicos, além do que o reaproveitamento de materiais promove muitos benefícios ao meio ambiente. A esse respeito, Marisa Pereira então conclui: "eles [prefeitura] não está fazendo favor pros catadores, mas sim os catadores tão ajudando" (CATADORES, 2020, n. p.).

Os mesmos impasses entre poder público, catadores e aterro sanitário foram também ressaltados por Alexandro Cardoso (2021):

Entendemos que cada catador e catadora na rua significa valores a menos que uma empresa coletora ganhará e que cada tonelada encaminhada à reciclagem é uma tonelada a menos enterrada no aterro sanitário, o que a empresa que opera o aterro sente como prejuízo. [...] Implanta-se a lógica de quanto mais resíduos e

REIBNITZ, C. de S.

misturados, melhor, pois a empresa ganha por peso (CARDOSO, 2021, p. 73).

Apesar de sua importância ambiental e como fonte de emprego, no geral o trabalho com a coleta e triagem de materiais recicláveis não é muito lucrativo para o trabalhador que está na ponta da cadeia. Foram necessários anos com treinamentos, criação de um modo de funcionamento próprio e certo apoio do poder público, como o espaço físico, para que a ACMR se tornasse um empreendimento mais lucrativo. As despesas com energia elétrica são subsidiadas pela prefeitura, no entanto, o restante dos custos ficam a cargo da ACMR, “o gasto mensal que vai para rateio gira em torno de R\$ 30 mil a R\$ 40 mil mensais, o que impacta bastante a receita da Associação, logo, a renda das famílias que trabalham ali” (COUTO, 2020, p. 74).

RECICLANDO SONHOS COM A EJA

Pode-se dizer que a instalação das turmas de EJA na ACMR também não foi, de fato, um grande custo para a prefeitura. Toda a estrutura foi arranjada pelos estudantes, desde as referidas mesas e cadeiras até o computador, projetor e impressora foram fornecidos pela associação. Procurávamos imprimir os materiais necessários para as pesquisas na escola Silveira de Souza, porém, nem sempre era possível pela demanda em sala de aula e, nesse caso, os próprios cartuchos de tinta eram providenciados pelos estudantes. Inicialmente, a comida também vinha da associação, o que contrastava com a maior parte das turmas de EJA, cuja proposta da RMEF é fornecer um jantar, feito por cozinha contratada para este fim. Quanto à equipe pedagógica, foi contratada uma nova professora de alfabetização, destinada aos alunos de primeiro segmento, e apenas outro professor, com a função de articulador do polo, responsável tanto por demandas administrativas quanto por auxílio em aula. Assim, as outras turmas que já atendíamos em outros locais ficaram com um ou dois professores a menos disponível nos três dias da semana que aconteciam as aulas da ACMR.

Conheci a ACMR por ocasião da inauguração das turmas, em agosto de 2018, representando os professores de segundo segmento da equipe. A criação de turmas de EJA em uma associação de coletores foi bastante explorada pela mídia local, dando prestígio tanto para a Secretaria Municipal de Educação quanto para a ACMR – infelizmente a maioria das reportagens não se encontra mais disponível na internet. De acordo com Gabriela Couto (2020):

O ineditismo da proposta de criar uma sala de aula dentro de um galpão de reciclagem de modo a atender seus trabalhadores, chamou a atenção da mídia local [...] e de outras entidades e até mesmo de pessoas físicas que souberam da iniciativa. Nos primeiros meses da EJA na ACMR, eram praticamente diárias as visitas de órgãos de imprensa, de modo que as entrevistas e filmagens acabaram entrando na rotina da Associação novamente, após um longo período sem grande visibilidade (COUTO, 2020, p. 182).

Recordo de um dia em que as aulas atrasaram por conta de uma reportagem, e questionamos os estudantes o que pensavam de tais visitas e responderam

demonstrando contentamento por finalmente a sociedade parecer estar olhando e se importando com eles. No audiovisual “Catadores – Florianópolis” (2020), a representante da ACMR entrevistada encerra o vídeo com a mensagem: “o que eu tenho pra dizer é que a população coloque a mão na consciência né, e reconheça que o que a gente faz é muito importante [...] Isso que deixa a gente bem feliz, quando a gente tem o reconhecimento das pessoas” (CATADORES, 2020, n. p.).

Couto (2020) afirma que a presença da EJA pode ser considerada um “ponto de virada” na história da ACMR no que diz respeito à questão da (in)visibilidade. Fez também com que surgissem outros desejos, como o de produzir um documentário mostrando o processo realizado na associação e servindo para ações de educação ambiental. Assim, os catadores e catadoras procuram se apropriar cada vez mais de seus conhecimentos para divulgar para a sociedade a importância de seu trabalho. Nesse sentido, criou-se um projeto de extensão universitária vinculado ao curso de cinema da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), chamado “Reciclando conceitos audiovisuais”, iniciado em abril de 2019. Esse projeto possibilitou que catadores e catadoras tivessem alguns encontros dentro da universidade para conhecerem noções de produção audiovisual. “O acesso ao campus, segundo eles, foi uma experiência inesquecível, que expandiu seu horizonte em relação à continuação dos estudos” (COUTO, 2020, p. 279).

Para que os trabalhadores da ACMR pudessem ter acesso ao direito à educação, era preciso um atendimento e horário diferenciado. Os trabalhadores criaram uma seção no site da associação destinada às “novidades”: EJA-ACMR e o Projeto de Extensão da UFSC. A respeito da EJA, Volmir Rodrigues dos Santos, presidente da ACMR, estudante da EJA e editor da página, escreveu que “a EJA-ACMR atende de forma exclusiva, de acordo com as nossas necessidades” (SANTOS, 2019, n. p.).

As turmas no interior da associação possuíam um horário específico de funcionamento: as aulas eram realizadas em 3 dias da semana (segundas, terças e quintas-feiras), com o horário das 18 às 21h – no geral, as turmas de EJA da rede funcionam de segunda à sexta-feira, das 19h às 22h. Assim, pouco depois de terminarem suas jornadas de trabalho iniciavam as aulas, algo que seria muito dificultado pelo trânsito da cidade caso precisassem se deslocar, além dos dias de estudo não sobrecarregarem o cansaço semanal, cuja natureza do trabalho exige muito esforço dos corpos. Em um depoimento registrado por Gabriela Couto se evidencia a importância das salas no interior da associação: “no primeiro dia de aula fiquei emocionado, pois era um sonho antigo, mas devido à carga horária eu não conseguia chegar a tempo, porque era muito longe e não dava tempo de chegar” (COUTO, 2020, p. 271-272).

A demanda por escolarização dos catadores não é, de forma alguma, exclusiva da ACMR, como evidenciado nos dados socioeconômicos da categoria. Para esse público, a EJA possui um papel fundamental, capaz de garantir o direito à educação, muitas vezes negado ou interrompido desde a infância devido à necessidade de trabalhar e ao abandono de políticas públicas. Em pesquisa relativa a uma cooperativa de catadores de Cuiabá (MT) também se enfatizou essa demanda: “notei que há uma reivindicação pelos cooperados e, até mesmo, esforço de alguns a fim de possibilitar o

REIBNITZ, C. de S.

funcionamento de uma sala da EJA nas dependências da cooperativa” (SANTOS; GÓES, 2015, p. 410).

De acordo com o depoimento no site da ACMR, o sonho de dar continuidade aos estudos formais fora finalmente retomado:

Foram 35 matriculados, para concluir o ensino fundamental, o que era um sonho para muitos, hoje é realidade, a maioria dos estudantes param muito sedo de ir as escolas, suas vidas era um pouco árdua na infância, e após ter suas próprias famílias ficou ainda mais difícil, já que teriam que sustentar ou ajudar no sustento da família (SANTOS, 2019, n. p.).

A presença da sala de aula em instituições não-escolares pode ser fundamental para garantir horários, dias e modos de funcionamento pensados para cada público. Na EJA rede municipal de Florianópolis há algumas experiências interessantes, além da própria ACMR, com turmas em bibliotecas comunitárias, associações e outros espaços não-escolares. Conforme os gestores da modalidade no município costumam dizer, “a EJA tem de ir aonde o povo está”, realizando uma releitura da canção “Nos bailes da vida”, de Milton Nascimento.

O acesso à educação é direito fundamental que deve ser garantido a todos e todas. Assim, mesmo depois de tantas vezes negado ao longo da vida, os catadores e catadoras da ACMR puderam se apropriar de novas conquistas. Espera-se que a conclusão do Ensino Fundamental e a retomada de estudos escolares ajude a contribuir para seus caminhos pessoais, coletivos e solidários, reciclando novos e velhos sonhos.

Artigo recebido em: 29/12/2021

Aprovado para publicação em: 08/03/2022

“RECYCLING DREAMS”: A YOUTH AND ADULT EDUCATION CLASS FOR RECYCLABLE MATERIAL COLLECTORS

ABSTRACT: This article aims to analyze the experience in the creation of two classes of youth and adult education within the Recyclable Material Collectors Association (ACMR in Portuguese), located in Florianópolis/SC, over the years 2018 and 2019. The author was one of the teachers working at the site and, in addition to personal reports, this text drew on the dissertation by Gabriela Couto (2020), the main academic work about the institution, which includes statements from collectors-students about the classes. Here, the specific context of ACMR is related to the socioeconomic characteristics of professionals involved in the collection of recyclable materials in the country, in order to learn about the particularities of this highly stigmatized profession. Thus, we seek to reflect on the importance of youth and adult education modality for the category of collectors and, specifically, for the workers of ACMR.

KEYWORDS: Youth and Adult Education. Recyclable Material Collectors. Recyclable Material Collectors Association.

"RECICLANDO SUEÑOS": UNA CLASE DE EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS PARA RECOLECTORES DE MATERIALES RECICLABLES

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar parte de la experiencia de la creación de dos clases de educación de jóvenes y adultos en la Asociación de Recolectores de Materiales Reciclables (ACMR en portugués), ubicada en Florianópolis / SC, durante los años 2018 y 2019. La autora fue una de las profesoras que trabajó en el sitio y, además de los relatos personales, la investigación se basó en la tesis de Gabriela Couto (2020), principal trabajo académico acerca de la institución, que además trae testimonios de recolectores-estudiantes acerca de las clases. El contexto específico en ACMR es relacionado aquí con las características socioeconómicas de los profesionales de la recolección de materiales reciclables en el país, de modo a conocer algunas particularidades de esta profesión altamente estigmatizada. Así, se busca reflexionar acerca de la importancia de la modalidad de educación de jóvenes y adultos para la categoría de recolectores y, específicamente, para los trabajadores de la ACMR.

PALABRAS CLAVE: Educación de Jóvenes y Adultos. Recolectores de Materiales Reciclables. Asociación de Recolectores de Materiales Reciclables.

NOTAS

- 1 - Acredito ter faltado informação sobre um associado, pois os números não somam o total de membros.
- 2 - Em outro estudo, desenvolvi uma análise sobre o funcionamento da EJA na RMEF e a prática da pesquisa como princípio educativo (REIBNITZ; MELO, 2021).
- 3 - Informações levantadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE), disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: mar. 2022.

REFERÊNCIAS

ACMR. **Histórico**. s/d. Disponível em: <<https://www.acmrreciclaveis.com.br/historico/>>. Acesso em: ago. 2021.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

CATADORES – Florianópolis/SC. Direção: BONHEURE, J. Florianópolis: 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5XUMyzLLSz4>>. Acesso em: ago. 2021.

REIBNITZ, C. de S.

CARDOSO, A. A cultura social da reciclagem, saberes e conexões – luta contra a exclusão social. *In*: WIRTH, I. G.; FONTOURA, J.; PRESTES, L. (orgs.). **Diálogos insurgentes durante a pandemia**: vozes para uma educação (trans)formadora. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2021. p. 61-76.

COUTO, G. A. **"Eu tenho muito orgulho de onde a gente chegou"**: um estudo da trajetória de uma família de catadores de materiais recicláveis em Santa Catarina a partir de diferentes perspectivas geracionais. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2020.

DAGNINO, R.; JOHANSEN, I. Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010. **Mercado de Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 62, p. 115-125, 2017.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

MNCR. **Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis. 2014. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>>. Acesso em: ago. 2021.

PAIVA, J.; HADDAD, S.; SOARES, L. J. G. Pesquisa em educação de jovens e adultos: memórias e ações na constituição do direito à educação para todos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-25, 2019.

REIBNITZ, C. S.; MELO, A. C. S. Pesquisa como princípio educativo: uma metodologia de trabalho para a Educação de Jovens e Adultos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 111, p. 484-502, 2021.

SANTOS, L. R.; GÓES, R. C. Lixo e inclusão social: uma saída solidária para valorizar a coleta seletiva. *In*: GOMES, D.; SILVA, M. das G. (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária**: perspectivas múltiplas II. Cuiabá-MT: KCM Editora, 2015. p. 398-413.

SANTOS, V. R. EJA-ACMR. **Associação de Coletores de Materiais Recicláveis**. 2019. Disponível em: <<https://www.acmrreciclaveis.com.br/reciclandosonhos/>>. Acesso em: ago. 2021.

CECÍLIA DE SOUSA REIBNITZ: Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Bolsista financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5622-6530>

E-mail: cecilia.reibnitz@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).